



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL Nº 436/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2023

PROCESSO Nº 100.797/2023

**LICITAÇÃO DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA ME/EPP**

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATES E BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Empresa: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Recebemos através do acesso à página [www.bauru.sp.gov.br](http://www.bauru.sp.gov.br) → **Licitações** → **Pregão Eletrônico**, o impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Divisão de Compras e Licitações da Educação e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do **e-mail: [compras.edu@bauru.sp.gov.br](mailto:compras.edu@bauru.sp.gov.br)**. A não remessa do recibo exime a **DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU



**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 436/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.797/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2023 – LICITAÇÃO DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA ME/EPP**

**LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.**  
**BASE LEGAL: Lei Federal nº. 10.520/02 e nº 8.666/93; Decretos Municipais nº 10.123/05 e 13.093/16 e Lei Municipal nº 7.238/19.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)**  
**OFERTA DE COMPRA Nº 820900801002023OC00504**

**RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: ATÉ ÀS 09H DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2.023.**  
**ABERTURA DA SESSÃO: 06 DE SETEMBRO DE 2.023, ÀS 09H.**

**PREGOEIRO: DIEGO DHIAMARQUE MIRANDA DA COSTA**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

12.306.0005.2.017	3.3.90.30	192	FUNDAMENTAL TESOIRO
12.306.0005.2.017	3.3.90.30	192	FUNDAMENTAL ESTADO
12.306.0005.2.017	3.3.90.30	192	FUNDAMENTAL FEDERAL
12.306.0005.2.018	3.3.90.30	194	MÉDIO TESOIRO
12.306.0005.2.018	3.3.90.30	194	MÉDIO ESTADUAL
12.306.0005.2.018	3.3.90.30	194	MÉDIO FEDERAL
12.306.0005.2.019	3.3.90.30	196	INFANTIL TESOIRO
12.306.0005.2.019	3.3.90.30	196	INFANTIL FEDERAL
12.306.0005.2.020	3.3.90.30	198	CRECHE TESOIRO
12.306.0005.2.020	3.3.90.30	198	CRECHE FEDERAL
12.306.0005.2.021	3.3.90.30	200	JOVENS E ADULTOS TESOIRO
12.306.0005.2.021	3.3.90.30	200	JOVENS E ADULTOS ESTADO
12.306.0005.2.021	3.3.90.30	200	JOVENS E ADULTOS FEDERAL

**BEM ESTAR SOCIAL**

08.244.0009.2.057 - FICHA/DOTAÇÃO: 466 – FONTE/VINCULO: 05  
08.244.0009.2.054 - FICHA/DOTAÇÃO: 444 – FONTE/VINCULO: 05  
08.244.0009.2.054 - FICHA/DOTAÇÃO: 454 – FONTE/VINCULO: 05

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**

17.512.0002.2.023 - FICHA/DOTAÇÃO: 241 – FONTE/VINCULO: 05

**O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO ENCONTRA-SE NOS AUTOS DO PROCESSO**

A **Sra. Suéllen Silva Rosim**, Prefeita Municipal, usando a competência delegada no Decreto Municipal nº 10.123/05, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MINOR PREÇO POR LOTE – LICITAÇÃO DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP** – Processo nº. 100.797/2023, **AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATES E BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO**, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL,



**PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto Municipal nº 10.123, de 1º de dezembro de 2.005, Decreto 13.093, de 10 de junho de 2016 e Decreto nº 14.733, de 22 de abril de 2.020, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Justificativas:

Secretaria Municipal da Educação: Solicitamos autorização para abertura de processo para AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE E ROSQUINHA DE COCO, através de Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preço, justificando-se o atendimento alimentar dos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino deste município, com base num cardápio elaborado por nutricionistas para cumprir as determinações da Resolução/CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020 e Lei Federal nº 12.982 de 28 de maio de 2014.

Secretaria Municipal do Bem Estar Social: A Estimativa de destina a utilização no serviço CENTRO POP.

O Centro Pop é unidade pública estatal de atendimento e referência para acompanhamento especializado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde se ofertam serviços continuados de média complexidade.

O Centro Pop oferta atendimento especializado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Em média atendimento 50 pessoas diariamente. Promove o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Ressaltamos ainda que ofertamos 03 refeições diárias. A aquisição se faz necessária para a alimentação dos usuários do serviço.

Solicitamos os alimentos para distribuição aos usuários da CAU durante período de atendimento, além de servir como lanches em mutirões/ações sociais.

DPSB: A Proteção Social Básica e os CRAS ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF). O Serviço consiste no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade Social, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir o rompimento dos vínculos familiares e da violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Em Bauru, são 09 Unidades de CRAS, sendo 08 (sete) na cidade de Bauru e 01 (um) no Distrito de Tibiriçá. O Serviço apresenta à necessidade da aquisição de gêneros alimentícios e estima as quantidades que serão utilizadas para o desenvolvimento de suas ações mensais que são realizadas com os usuários.

O Programa ACESSUAS Trabalho é uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho, por meio de ações integradas e articuladas voltadas para a garantia dos direitos e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade social. O ACESSUAS Trabalho realiza suas ações através de Ciclos de Oficinas, no desenvolvimento de Habilidades e Orientação para o Mundo do Trabalho. As ações são mensais e realizadas com usuários de todo território de Bauru, apresentando demandas de gêneros alimentícios para a execução do Programa.

Departamento de Água e Esgoto: Os itens adquiridos serão utilizados/servidos aos servidores pela seção de alimentação e cozinha industrial do Departamento de Água e Esgoto de Bauru para atendimento em eventos diversos.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília/DF**.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**

- Telefones: (0xx14) 3214-4744
- Endereço: Secretaria Municipal da Educação
- Alameda Dama da Noite, 3-14 - Parque Vista Alegre, Bauru - SP, CEP: 17020-050



- Horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h
- E-mail: [compras.edu@bauru.sp.gov.br](mailto:compras.edu@bauru.sp.gov.br)
- Site: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) – OC 820900801002023OC00504

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da Prefeitura Municipal de Bauru, denominada **Pregoeiro (Coordenador)** Diego Dhiamarque Miranda da Costa, **pregoeiro-substituto** Rafael Sabino de Carvalho, com o auxílio da Equipe de Apoio composta por Ana Cecília dos Santos Alvarez Fogaça, Frederico Freire Oliveira, Cassia Cristina Nunes Pereira e Claudio Márcio Sakata Chiodo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATES E BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**
- 2.2. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

- **PRODUTO**
  - 3.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA / Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, conforme legislação vigente e atender rigorosamente as Especificações do Produto contidas neste Edital, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.
- **FORNECIMENTO**
  - 3.2. O fornecimento dos itens deverá ser efetuado parceladamente, conforme solicitação realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar – DAE, ou Secretaria do Bem Estar Social – SEBES, ou Departamento de Água e Esgoto - DAE, por escrito (via Email), com previsão de entrega trimestral, ou de acordo com as necessidades de cada departamento, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.
  - 3.3. A empresa vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazo de entrega que é de **10 (dez) dias** corridos.
  - 3.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a empresa vencedora da Licitação, obrigará-se a trocá-los no prazo máximo de 05 dias corridos, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.
  - 3.5. A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- **ENTREGA**
  - 3.6. A licitante vencedora deverá entregar o produto:  
**EDUCAÇÃO:** No Departamento de Alimentação Escolar, sito à Av. Cruzeiro do Sul, nº 20-45, Jardim Rosas do Sul - Almoarifado da Alimentação Escolar, de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.  
**SEBES:** As entregas deverão ocorrer na Av. Engenheiro Hélio Police Q.1, s/nº, Jd. Redentor Almoarifado Central, no período que compreende das 07h às 11h e 13h às 16h em dias úteis.  
**DAE:** As entregas deverão ocorrer na Rua Antônio Alves, Qt. 20, s/nº, Vila Santa Tereza, Bauru/SP de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.



- 3.7. Na primeira entrega a empresa vencedora deverá entregar no Almojarifado da Alimentação Escolar a seguinte documentação:
- Declaração de garantia da validade, do padrão de qualidade e da segurança higiênico-sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preço ou enquanto o último lote de produtos entregues ainda estiver apresentando validade.
- 3.8. O veículo utilizado para realizar a entrega deverá ser adequado conforme normas sanitárias, devendo possuir cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, apresentar-se em bom estado de conservação, com revestimento interno liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização e livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos.
- 3.9. No momento da entrega os produtos deverão dispor das seguintes validades:
- **Item 1** – Cookie integral com gotas de chocolate, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.
  - **Item 2** – Rosquinha de coco, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.
- 3.10. A quantidade solicitada do produto via pedido, deverá ser entregue em sua totalidade e apresentar a mesma validade e/ou lote.
- 3.11. Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo da licitante vencedora.
- 3.12. Caso seja necessário, o Município reserva-se no direito de enviar uma amostra dos produtos entregues para realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a boa execução do objeto. Caso a mesma não seja aprovada ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste edital, a Licitante Vencedora deverá proceder com a troca imediata de todo o produto, bem como estará sujeita ainda, às sanções previstas neste Edital, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.
- 3.13. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Departamento de Alimentação Escolar poderá realizar visita técnica à licitante vencedora, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e do processo de produção.
- 3.14. O município rejeitará, no todo ou em parte o produto licitado, caso esteja em desacordo com o edital.
- 3.15. O produto cotado deverá ser de primeira qualidade, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.
- 3.16. A Licitante vencedora se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 3.17. As Notas Fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:
- 3.17.1 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL:** em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**, endereço: Praça das Cerejeiras, 1-59, **CNPJ nº 46.137.410/0001-80**, ref. **Processo nº 100.797/2023**, número da Ata de Registro de Preços e da(s) nota(s) de empenho(s);
- 3.17.2. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU:** em nome do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**, endereço: Rua Padre João, 11-25, vila Santa Teresa, CEP: 17012-020, **CNPJ nº 46.139.952/0001-91**.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:
- a) Se disser respeito a especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua **substituição ou cancelar a contratação**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
    - a.(1) Na hipótese de **substituição**, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;
  - b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua **complementação ou cancelar a contratação**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



- b.(1) Na hipótese de **complementação**, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.
- 4.2 Expirando o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Município se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;
- 4.2.1 Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este Município o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

## CLÁUSULA QUINTA: DOS ANEXOS DO EDITAL

### 5.1. Seguem anexos ao Edital como partes integrantes do mesmo:

- Anexo I - Especificações do Objeto.  
Anexo II - Formulário Modelo de Proposta de Preços.  
Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços.  
Anexo IV - Termo de Ciência de Notificação.  
Anexo V - Modelo de Carta de Apresentação.  
Anexo VI - Declaração de inexistência de impedimento legal.  
Anexo VII - Declaração de cumprimento do art. 27 da Lei 8.666/93 e art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.  
Anexo VIII - Declaração de Conformidade a ser anexada na PROPOSTA ESCRITA.  
Anexo IX - Declaração de Disponibilidade para Apresentar Laudo.

## CLÁUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS.

- 6.1. O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.
- 6.2. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", com o **VALOR TOTAL DO LOTE**, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- 6.3. Os preços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- 6.3.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderá participar desta Licitação toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no objeto desta licitação, que esteja registrada no CAUFESP, sendo detentor de senha para participar de procedimentos eletrônicos, que tenha credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro e ainda que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos conforme as condições abaixo:



- a) **Para os LOTES identificados como “COTA PRINCIPAL”**: Poderão participar todos os interessados que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- b) **Para os LOTES identificados como “COTA RESERVADA”**: Poderão participar somente Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) qualificadas como tais, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14, sem prejuízo de sua participação no lote principal, e que possuam tal condição no registro do licitante junto ao CAUFESP.
- 7.2. Nos lotes identificados como “COTA PRINCIPAL”, as licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e **que possuam tal condição no registro do licitante junto ao CAUFESP** terão tratamento diferenciado das demais, consoante, disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.
- 7.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos ao Pregão Eletrônico.
- 7.4. Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que:
- 7.4.1. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com o art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 ou art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, de acordo com interpretação conferida pela Súmula nº 511 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 7.4.2. Tenham sido declarados inidôneos, por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção de que trata o inciso anterior.
- 7.4.3. Estejam sob o regime de falência decretada.
- 7.4.4. Funcionem sob regime de consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras com subcontratação ou formas assemelhadas;
- 7.4.5. Contem com funcionário ou servidor público municipal entre seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnicos ou subcontratados;
- 7.4.6. Não enquadradas como ME/EPP nos lotes identificados como “COTA RESERVADA”, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, ou **que não possuam tal condição no registro do licitante junto ao CAUFESP.**
- 7.4.7. Sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 7.5. **Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.**

#### CLÁUSULA OITAVA: DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)), que terá, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas,
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

<sup>1</sup> SÚMULA 51 TCE/SP: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.



- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos, encaminhando o processo devidamente instruído para autoridade superior;
- j) Gerar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

#### **CLÁUSULA NONA: DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO BEC**

- 9.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de senha pessoal (intransferível) e credenciamento dos seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no Cadastro CAUFESP.
- 9.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- 9.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).
- 9.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) (opção "CAUFESP").
- 9.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- 9.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 9.5. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 11.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no subitem 15.3.2, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverá constar no registro da licitante junto ao CAUFESP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

- 10.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 10.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 60 (sessenta) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade, via mensagem no chat do sistema BEC;
  - b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- 10.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÕES DOS LANCES**

- 11.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 11.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital, bem como seus anexos e legislação vigente.





- 11.2.1. Serão desclassificadas as propostas, nos casos previstos no item 13.7. deste edital.
- 11.2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 11.2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 11.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 11.4. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- 11.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante.

LOTE	REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE LANCES
1	R\$ 1000,00 (Mil reais)
2	R\$ 1000,00 (Mil reais)
3	R\$ 1000,00 (Mil reais)

- 11.4.2. **A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.**
- 11.4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 11.4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- 11.4.2.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 11.4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- 11.4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 11.4.4. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 11.4.2 e 11.4.2.1.
- 11.5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- 11.6. Com base na classificação a que alude o item 11.5, será assegurado às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 11.6.1. Nos lotes identificados como “COTA PRINCIPAL”, em ocorrendo o empate previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, ou seja, quando o classificado for empresa de pequeno porte ou microempresa e a proposta do mesmo for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada (1º), a empresa de pequeno porte ou microempresa será convocada pelo Pregoeiro, para apresentar uma última oferta, no prazo de 5 (cinco) minutos, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, hipótese em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 11.6.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na hipótese acima prevista, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes com propostas de valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada (1º) na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 11.6.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas para definição daquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 11.6.4 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06;



- 11.6.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 11.6.6. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 11.7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 11.8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 11.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.
- 11.8.2. Na **Etapa de Aceitabilidade de Preço**, a licitante vencedora, deverá anexar no campo próprio do sistema, documento único contendo **PROPOSTA (ANEXO II), E A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (DESCRITA NO SUBITEM 13.3 DO PRESENTE EDITAL)**, no **prazo máximo de 01 (uma) hora, prorrogável, mediante autorização do Pregoeiro.**
- 11.8.2.1. A proposta deverá conter indicação da marca do produto ofertado, observadas as especificações do formulário de proposta constante do Anexo II.
- 11.8.2.2. A proposta deverá conter os valores unitários propostos, que deverão atender ao valor médio de mercado orçado pela Administração.
- 11.8.2.3. Nesta fase serão analisadas pela comissão as especificações, bem como os preços unitários e totais contidos em cada item, de acordo com os preços médios de mercado.
- 11.8.2.4. Os documentos elencados no subitem 13.3, serão avaliados pela equipe técnica de nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, confrontando a Ficha Técnica com a especificação do ANEXO I do edital nº 436/2023, cabendo diligência conforme a necessidade.
- 11.8.2.5. O resultado da análise será divulgado aos interessados.
- 11.8.2.6. A aprovação da Ficha técnica e do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento é uma das condições para Aceitabilidade do Preço.**
- 11.8.2.6.1. O não envio do anexo da proposta eletrônica, alvará sanitário e da ficha técnica implicará na desclassificação da empresa, em face de ausência de informação suficiente para sua classificação no certame.**
- 11.8.3. A proposta de preços deverá conter os valores unitários e totais de cada item, a marca e, se houver o modelo dos produtos ofertados, comprovando o atendimento das especificações mínimas exigidas, **para análise quanto à aceitabilidade da proposta.**
- 11.8.4. Nos preços propostos deverão estar incluídos além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 11.8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação desta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.
- 11.8.6. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida nesta cláusula, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.
- 11.8.7. Finda a Etapa da Aceitabilidade dos Preços, caso seja verificado pelo pregoeiro a necessidade de eventuais correções na proposta, a licitante vencedora apresentar a proposta corrigida, no campo destinado a anexar os documentos de habilitação. Caso não haja necessidade de ajuste na proposta inicialmente apresentada a mesma não precisará ser anexada novamente.
- 11.9. Será concedido o prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, contados a partir da convocação no chat, para apresentação dos documentos relativos à habilitação, previstos na Cláusula Décima Quinta.
- 11.9.1. Os documentos anexados na fase de aceitabilidade de preços (Proposta e Documentação Técnica) deverão ser postados novamente neste momento, para acesso aos demais licitantes.
- 11.9.2. A documentação deverá ser anexada em campo próprio do sistema BEC.
- 11.9.3. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes esclarecimentos que julgar necessários.



11.9.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste item, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

11.10. Posteriormente, as **amostras** previstas na letra “D” do subitem 13.3, a documentação de Habilitação (Cláusula Décima Quinta) e a Proposta (Anexo II) anexados no sistema deverão ser apresentadas em original ou cópia autenticada **até às 9h do 4º (quarto) dia útil** contados a partir do 1º dia útil subsequente da convocação no chat (desde que os mesmos não tenham sido encaminhados assinados digitalmente, mediante a utilização de processo de certificação disponibilizado pelo ICP-Brasil). O endereço para entrega das **amostras** e da **documentação original ou cópia autenticada** é: Secretaria Municipal da Educação – Alameda Dama da Noite, 3-14 - Parque Vista Alegre, Bauru - SP, CEP: 17020-050– Divisão de Compras e Licitações.

11.10.1. É de inteira responsabilidade do licitante a entrega dos documentos e amostras e assim como a responsabilidade em cumprir o horário estabelecido.

**Prefeitura Municipal de Bauru**  
**A/C Pregoeiro: DIEGO DHAMARQUE MIRANDA DA COSTA**  
**Ref. Processo nº 100.797/2023 – Pregão Eletrônico nº 353/2023**  
**Secretaria Municipal da Educação – Divisão de Compras e Licitações**  
**Alameda Dama da Noite, 3-14 - Parque Vista Alegre – Cep 17.020-050 – Bauru/SP**

11.11. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta, dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas na lei de licitações, podendo o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) convocar a licitante que apresentou a proposta ou lance subsequente;

11.12. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

11.13. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

11.14. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de **menor preço por lote**, desde que esteja dentro do valor referencial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

12.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROPOSTA DE PREÇOS E FORNECIMENTO**

13.1. A Licitante vencedora do lote deverá enviar ao Pregoeiro(a) (Coordenador(a)), a Proposta pela via eletrônica, desde que assinada digitalmente, através da estrutura de chaves pública e privada, que possibilite a verificação de sua autenticidade, dispensando neste caso, a apresentação desta pelo meio físico (de papel) **OU** a via física original, com os valores oferecidos após a etapa de lances, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CGF – Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e e-mail, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item **11.10**, deste Edital.

**13.2. Na proposta escrita, deverá conter:**

- a) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais. Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 90 (noventa) dias;



- b) Especificação completa contendo a marca do produto oferecido, conforme descrito no Anexo I deste Edital;
- c) Preço unitário e total (incluindo custos, fretes, tributos, etc.). Em caso de dúvida entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário.
- d) Declaração de Conformidade (Anexo VIII).
- e) Dados do banco, agência e conta corrente do licitante participante;
- f) Dados (**nome, rg, cpf, data de nascimento, endereço residencial, e-mail pessoal e corporativo**) do representante legal da empresa, designado para eventual e posterior assinatura da Ata de Registro de Preço e como gestor da mesma, juntando ainda instrumento de mandato, se for o caso da Ata de Registro de Preço ser assinado por procurador com poderes para tanto;
- g) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;
- h) Prazo de entrega, que será conforme edital, a contar do recebimento da nota de empenho.
- i) Prazo de Pagamento conforme edital.

**13.3. A Licitante Vencedora da fase de lances além da proposta deverá entregar o seguinte, que será requisito para aceitabilidade da proposta:**

- a) **Ficha Técnica** do produto, emitida pela empresa produtora, **ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO com indicação do conselho de classe ou cargo;**
- b) **Declaração de Disponibilidade (ANEXO IX)**, para apresentação do Laudo Bromatológico completo com os exames físico/químico, organoléptico, microscópico e microbiológico, de Laboratório Oficial credenciado pelo Ministério da Saúde e/ou Agricultura, Universidades Estaduais e Federais, caso haja dúvida quanto a composição nutricional e/ou segurança microbiológica do produto.
- c) **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento**, emitida por órgão fiscalizador competente.
- d) **Dois amostras de cada item cotado, em suas embalagens originais**, para análise de conformidade com o referido Edital.

13.4. As **Amostras** serão avaliadas pela equipe técnica de nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, confrontando a Ficha Técnica com a especificação do ANEXO I do edital nº 436/2023, cabendo diligência conforme a necessidade.

13.4.1. A avaliação das amostras será da seguinte forma:

- a) **Embalagem:** Será avaliado se a embalagem mantém a integridade física do produto, não podendo apresentar-se estufada, violada, amassada, rasgada ou furada; serão verificadas as exigências de composição nutricional, rotulagem e validade na embalagem primária, incluindo as determinações das legislações vigentes ao produto; será pesada; higienizada com álcool gel e pano de limpeza; será aberta e seu conteúdo será observado, e o mesmo deverá apresentar-se na forma de pasta grossa homogenia.
- b) **Rotulagem:** Nos rótulos das embalagens primárias e secundárias deverão constar **de forma clara e indelével** as seguintes informações: nome do fabricante, CNPJ, telefone, nº do lote, data de validade, peso, composição, informações sobre conservação, marca, conteúdo e informações nutricionais.
- c) **Ficha Técnica:** Serão confrontadas as informações da embalagem primária com as informações da ficha técnica, além de verificadas as exigências quanto à embalagem secundária.
- d) **Análise Sensorial:** Os testes serão realizados de forma a obter a comprovação de que os produtos atendem as especificações técnicas apresentadas e exigidas neste edital, inclusive no que se refere ao atendimento às normas da NTA correspondente. Serão avaliadas as características organolépticas como consistência, cor, odor e sabor, que deverão ser característicos.

13.4.2. Após a análise das amostras e documentos técnicos será emitido Laudo com resultado final, que ficará disponível para consulta no site da Prefeitura Municipal de Bauru.

13.5. A aprovação da Ficha técnica, do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento e das Amostras é uma das condições para Habilitação.

13.6. Todos os documentos elencados no subitem 13.3. serão analisados pelo Departamento de Alimentação Escolar.



- 13.7. Caso a arrematante não apresente e/ou apresente os documentos em desconformidade com as especificações mínimas e cláusulas deste edital, ou caso descumpra os prazos e horários estabelecidos no item 11.09 e 11.10. será **DECLASSIFICADA**.
- 13.8. Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 13.9. Todos os itens ofertados deverão ser de primeira qualidade, sendo assim, serão considerados apenas os que atendam às especificações mínimas contidas neste Edital, ou seja: características, embalagem, validade, entrega etc.
- 13.10. Serão rejeitadas as propostas que:**
- Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários e totais;
  - Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado;
  - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital;
  - Sejam manifestamente inexequíveis ou apresentarem preços acima dos praticados no mercado ou com taxas excessivas, por decisão do(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)), com base nas pesquisas de preço anexas aos autos;
  - Não estiverem assinadas pelo representante legal da empresa;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO JULGAMENTO**

- 14.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 14.2. No caso do lote da **COTA RESERVADA** restar deserto ou fracassado, seu quantitativo será adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 14.3. No caso da mesma empresa ser vencedora da cota principal e da cota reservada, para o mesmo item, prevalecerá o menor preço ofertado, devendo a licitante vencedora proceder à adequação de sua Melhor Oferta na BEC e na proposta escrita a ser encaminhada.
- 14.4. Os preços registrados na cota reservada e cota principal, ainda que sejam de empresas distintas, deverão ser os mesmos. Nesse caso, o licitante que ofertou o maior preço deverá reduzir e adequar sua oferta visando à aceitabilidade do preço, nos termos da Lei Municipal nº 7.238 de 16 de julho de 2.019.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA HABILITAÇÃO**

- 15.1. Para habilitação no certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos necessários na forma da legislação vigente, sendo exigida a apresentação dos documentos abaixo indicados, no original ou em cópia autenticada, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente da convocação do pregoeiro, cuja comprovação de eventual postagem deverá ser encaminhada ao pregoeiro ou através de cópia autenticada digital. As demais declarações exigidas poderão ser apresentadas na via original ou pela via eletrônica, desde que assinadas digitalmente, através da estrutura de chaves pública e privada, que possibilite a verificação de sua autenticidade, dispensando-se, neste caso, a apresentação destes documentos pelo meio físico.

#### **15.2. CAPACIDADE JURÍDICA (art. 28 da Lei n.º 8.666/93):**

- Certificado de Registro Empresarial, no caso de firma individual.
- Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado das alterações, e prova da diretoria em exercício. O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e, em se tratando de ME ou EPP, também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.



- c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 15.3. REGULARIDADE FISCAL (art.29 da Lei Federal nº 8.666/93):

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CPD);
- d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débito, referente ao ICMS, com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débito Mobiliário com a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa.

15.3.1. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto a sua regularidade fiscal e/ou trabalhista, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alteradas pelas Leis Complementares nºs 128/2008 e 147/2014;

15.3.2. Havendo restrição na regularidade fiscal e/ou trabalhista da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art.43 §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014.

15.3.2.1. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação;

### 15.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31 da Lei n.º 8.666/93):

- a) Certidão negativa de falência, concordata e expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física;
- a1) As empresas que estejam em recuperação judicial, deverão entregar na fase de habilitação o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital de acordo com a Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

### 15.5. SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS

- 15.5.1. Fica isento da apresentação dos documentos relacionadas nos itens (15.2, 15.3 e 15.4), o licitante que apresentar o **Certificado de Registro Cadastral - C.R.C. válido**, emitido pela **Prefeitura Municipal de Bauru**, devendo ser observado o prazo de validade dos **documentos constantes no cadastro** na data do presente pregão, dando conta da obediência das exigências do art. 27, c/c o art. 37 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão. É assegurado ainda aos demais licitantes o direito de acesso aos documentos constantes do C.R.C., na fase de recurso.



## 15.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 15.6.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (Anexo VI);
- 15.6.2. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, de isenção ou de não incidência do ICMS, **se for o caso** e não for apresentada a certidão exigida na alínea "d", do subitem 15.3. do edital;
- 15.6.3. Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º, da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999 (Anexo VII);
- 15.6.4. Declaração de Atualização Cadastral do responsável pela assinatura do contrato emitida no site do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** através do link: [https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro\\_usuario.xhtml](https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml)
- 15.7. A **comprovação de que a licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte** far-se-á mediante a apresentação de **Certidão ou Declaração** expedida pela **JUNTA COMERCIAL**, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/07 do DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI ou outro documento oficial idôneo;
- 15.8. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a licitante seja vencedora da contratação será celebrado e executado com a sede que apresentou a documentação;
- 15.9. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos que não o participante desta licitação, execute a futura Ata, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos (referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica);
- 15.10. A documentação deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado por servidor da Administração, mediante a apresentação do respectivo original; Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, o pregoeiro em caráter de diligência realizará a autenticação eletrônica;
- 15.11. Todas as certidões deverão estar com seu prazo de validade vigente na data designada para a realização da sessão pública, sendo que será confirmada na Internet a validade e autenticidade das mesmas;
  - 15.11.1. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.
- 15.12. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) próprio(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) na hipótese de inexistência de recursos, ou pela autoridade competente, na hipótese de existência de recursos;
- 15.13. Se a licitante desatender às exigências previstas nas **Cláusulas Décima Quinta**, o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 16.1. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, e qualquer licitante, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para realização da sessão pública do pregão, pedir esclarecimentos ou impugnar o edital, conforme previsto no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, na forma eletrônica, diretamente no sistema, em campo específico, encontrado na opção "EDITAL", no endereço constante no preâmbulo deste instrumento.
  - 16.1.1. Os pedidos serão respondidos diretamente no site [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)
  - 16.1.2. Caso a proponente não solicite esclarecimentos dentro do prazo legal, pressupõe que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.
  - 16.1.3. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos e as impugnações que não foram apresentados diretamente no sistema eletrônico da BEC, em campo específico, encontrado na opção "EDITAL", no endereço constante no item 16.1.1.



- 16.2. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 16.3. Divulgado o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema. A partir da mensagem, **o licitante terá 4 (quatro) horas para manifestar sua intenção de recorrer, com o registro da síntese de suas razões.**
- 16.3.1. Manifestada motivadamente a intenção de recorrer no sistema, o licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 16.3.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção "RECURSO". O seu encaminhamento se dará por intermédio do Pregoeiro (Coordenador), dentro dos prazos estabelecidos no item 16.3.1.
- 16.4. A falta de manifestação motivada no prazo especificado no subitem 16.3 importará a preclusão do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 16.4.1. Os recursos terão efeito suspensivo, de acordo com o art. 109, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 16.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.7. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 16.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 16.9. Não havendo recurso, o Pregoeiro (Coordenador) fará a adjudicação do objeto da licitação ao proponente declarado vencedor e colocará o processo à disposição da autoridade competente para homologação.
- 16.10. A autoridade competente poderá REVOGAR a presente licitação, existindo razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovado, devendo ANULÁ-LA por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa antes da deliberação final sobre o desfazimento do certame licitatório.
- 16.10.1. No caso de anulação ou revogação do certame, deverá ser aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso, conforme previsão contida no artigo 109, inciso I, letra "c", da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal, devidamente atestada, na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser indicada pelo Município.
- 17.1.1. O Departamento de Água e Esgoto – DAE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega e posterior a apresentação do DANFE ao Serviço de Controladoria Financeira do DAE.
- 17.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Município haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) sobre a fatura inadimplida ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.
- 17.3. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levados em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. A(s) adjudicatária(s) deverá(ão) assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis da convocação** feita pela **Divisão de Compras e Licitações**, sob pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta, levando-se em consideração a





estimativa anual constante no ANEXO I do Edital nº 436/2023, além de sujeitar-se a outras sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02.

- 18.2. Quando a adjudicatária não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.
- 18.3. O Município de Bauru poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer tempo outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos art. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, e à ampla defesa e ao devido processo legal.
- 18.4. Se, por ocasião da formalização da Ata de Registro de Preços, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 18.5. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar as exigências referidas, com prazos de validade, sob pena da contratação não se realizar.
- 18.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e **nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado**. (Conforme Decreto Municipal 13.093/2016)
- 18.7. É facultada à Administração a contratação daquela empresa que não ofertou o menor preço, mas teve seu preço registrado na Ata de Registro de Preços, desde que ele esteja dentro do preço praticado no mercado, observado a ordem de classificação, nas seguintes hipóteses:
  - a) Quando a licitante com o menor preço registrado não atender a convocação para a contratação dentro do prazo e condições estabelecidas;
  - b) Quando a licitante com o menor preço registrado for suspensa do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou for por esta declarada inidônea;
  - c) Quando a licitante com o menor preço registrado tiver seu produto recusado em razão de problemas de ordem técnica ou outras detectadas;
  - d) Quando a empresa licitante for desobrigada do dever de entregar os produtos pela Administração, nas hipóteses previstas no Capítulo VII do Decreto Municipal nº 13.093/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 19.1. No caso de atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços ou de sua inexecução parcial, o Município reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 05(cinco) dias **sobre o valor descumprido**, além das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 quais sejam:
  - 19.1.1. Advertência;
  - 19.1.2. Multa de 10% (dez por cento) **do valor inadimplido**, pela rescisão unilateral, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 19.1;
  - 19.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, com prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
  - 19.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



### CLÁUSULA VIGÉSIMA: ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO PARTICIPANTE E GESTORES DA ATA

- 20.1. O Município de Bauru designa como ÓRGÃOS GERENCIADORES desta Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal do Bem-estar Social e Departamento de Água e Esgoto, que terão a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de seu controle e gerenciamento.
- 20.2. O Município de Bauru designa ainda, como Gestores da Ata de Registro de Preços, os seguintes servidores:
- Secretaria Municipal da Educação:
    - a) Gestor Titular:** Franly Regina Craveiro; matrícula 26.028.
    - b) Gestor Suplente:** Francine Brandão Dolo de Souza; matrícula 30.618.
  - Secretaria Municipal do Bem-Estar Social:
    - a) Gestor Titular:** Ana Cristina Camargo, matrícula 24.462.
    - b) Gestor Suplente:** Vanessa Nogueira Develso Neves, matrícula 32.629.
  - Departamento de Água e Esgoto:
    - a) Gestor Titular:** Rosileidi Chicotti Machado, matrícula 101.6015.
    - b) Gestor Suplente:** Katia Bigueti Soares Prado, matrícula 103.461.
- 20.3. A **Licitante vencedora** designa como Gestor da Ata de Registro de Preços, o Sr. ...., portador do RG nº ..... e inscrito no CPF nº .....
- 20.4. Ao(s) gestor(es) da Ata por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, compete:
- 20.4.1. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.
  - 20.4.2. Zelar, pelos demais atos da Licitante Vencedora, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.
  - 20.4.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da licitante vencedora em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas nesta Ata de Registro de Preços, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.2. O(A) Pregoeiro(a), ou autoridade superior, poderá em qualquer fase do pregão promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 21.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização;
- 21.4. Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos com base nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.
- 21.5. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) porventura julgar necessários.
- 21.6. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretroatável das normas deste Edital e seus Anexos e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.
- 21.7. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)), sob pena de desclassificação/inabilitação.



- 21.8. Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital.
- 21.9. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital e seus Anexos, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura das propostas, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.
- 21.10. A posição adotada pelo(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)), face à dúvida suscitada, será encaminhada aos licitantes e vale para todos, como se parte integrante fosse deste Edital, sujeitando-os indistintamente.
- 21.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Bauru/SP;
- 21.12. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados na legislação vigente;
- 21.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Licitante Vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 21.14. As notificações exigidas por lei serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Bauru/SP.
- 21.15. Não poderá a Licitante Vencedora ceder ou transferir a Ata de Registro de Preços a ser celebrada, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Município de Bauru.
- 21.16. Obriga-se a Adjudicatária a manter, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigida no edital.
- 21.17. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.
- 21.18. Os preços registrados serão pesquisados periodicamente pelo Órgão gerenciador, para comprovação de sua vantajosidade, ante ao previsto no art. 8º, inciso X da Lei Municipal nº 13.093/2016.
- 21.19. No mesmo prazo fixado no item 18.1, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Ciência e Notificação (Anexo IV), em cumprimento a Resolução nº 08/2.004 do Tribunal de Contas do Estado.
- 21.20. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos sobre este Pregão junto a Divisão de Compras e Licitações, localizada **na Alameda Dama da Noite, 3-14 - Parque Vista Alegre, CEP: 17020-050**, ou pelo e-mail [compras.edu@bauru.sp.gov.br](mailto:compras.edu@bauru.sp.gov.br) fones (14) 3214-3307/3214-4744.
- 21.21. Correrão por conta e risco da Licitante vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços, de acordo com art. 71 da Lei 8.666/93.
- 21.22. Fica eleito o foro da Comarca de Bauru/SP, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, sua Ata de Registro de Preços e demais atos deles decorrentes.

Divisão de Compras e Licitações, 22 de Agosto de 2023

---

**Suélien Silva Rosim**  
Prefeita Municipal



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL

ITEM	SECRETARIAS PARTICIPANTES			TOTAL
	EDUCAÇÃO	SEBES	DAE	
COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATE	15.030 KG	900 KG	60 KG	15.960 Kg
BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO	15.000 KG	630 KG	40 KG	15.670 Kg

#### LOTE 01 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – **COTA PRINCIPAL**

Item	Estimativa Anual	Unid.	Especificação Mínima
01	8.082	Kg	<p><b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE n° 06 de 08/05/20.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados.</p> <p>Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis.</p> <p>Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas.</p> <p>Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>

#### LOTE 02 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – **COTA RESERVADA**

Item	Estimativa Anual	Unid.	Especificação Mínima
01	7.908	Kg	<p><b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE n° 06 de 08/05/20.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados.</p> <p>Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis.</p> <p>Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas.</p> <p>Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>



**LOTE 03 – BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO – COTA PRINCIPAL**

Item	Estimativa Anual	Unid.	Especificação Mínima
01	15.670	Kg	<p><b>Biscoito Doce Tipo Rosquinha de Coco:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 48 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº 06 de 08/05/20 e Resolução nº 344 de 13/12/02.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, coco ralado ou em flocos e sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans, sem gordura vegetal hidrogenada, sem edulcorantes artificiais e sem corantes artificiais. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados.</p> <p>Características: textura macia e crocante, cor, odor e sabor próprios.</p> <p>Embalagem primária: pacotes de polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo de 300 a 500 gramas.</p> <p>Embalagem para entrega: caixa de papelão tipo Duplex reforçadas e resistentes com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>

**DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA**

• **PRODUTO**

O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA / Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, conforme legislação vigente e atender rigorosamente as Especificações do Produto contidas neste Edital, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

• **FORNECIMENTO**

O fornecimento dos itens deverá ser efetuado parceladamente, conforme solicitação realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar – DAE, ou Secretaria do Bem Estar Social – SEBES, ou Departamento de Água e Esgoto - DAE, por escrito (via Email), com previsão de entrega trimestral, ou de acordo com as necessidades de cada departamento, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.

A empresa vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazo de entrega que é de **10 (dez) dias** corridos.

Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a empresa vencedora da Licitação, obrigará-se a trocá-los no prazo máximo de 05 dias corridos, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.

A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.

• **ENTREGA**

A licitante vencedora deverá entregar o produto:

**EDUCAÇÃO:** No Departamento de Alimentação Escolar, sito à Av. Cruzeiro do Sul, nº 20-45, Jardim Rosas do Sul - Almoxarifado da Alimentação Escolar, de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.

**SEBES:** As entregas deverão ocorrer na Av. Engenheiro Hélio Police Q.1, s/nº, Jd. Redentor Almoxarifado Central, no período que compreende das 07h às 11h e 13h às 16h em dias úteis.

**DAE:** As entregas deverão ocorrer na Rua Antônio Alves, Qt. 20, s/nº, Vila Santa Tereza, Bauru/SP de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.

Na primeira entrega a empresa vencedora deverá entregar no Almoxarifado da Alimentação Escolar a seguinte documentação:



• Declaração de garantia da validade, do padrão de qualidade e da segurança higiênico-sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preço ou enquanto o último lote de produtos entregues ainda estiver apresentando validade.

O veículo utilizado para realizar a entrega deverá ser adequado conforme normas sanitárias, devendo possuir cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, apresentar-se em bom estado de conservação, com revestimento interno liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização e livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos.

No momento da entrega os produtos deverão dispor das seguintes validades:

- **Item 1** – Cookie integral com gotas de chocolate, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.
- **Item 2** – Rosquinha de coco, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.

A quantidade solicitada do produto via pedido, deverá ser entregue em sua totalidade e apresentar a mesma validade e/ou lote.

Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo da licitante vencedora.

Caso seja necessário, o Município reserva-se no direito de enviar uma amostra dos produtos entregues para realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a boa execução do objeto. Caso a mesma não seja aprovada ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste edital, a Licitante Vencedora deverá proceder com a troca imediata de todo o produto, bem como estará sujeita ainda, às sanções previstas neste Edital, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Departamento de Alimentação Escolar poderá realizar visita técnica à licitante vencedora, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e do processo de produção.

O município rejeitará, no todo ou em parte o produto licitado, caso esteja em desacordo com o edital.

O produto cotado deverá ser de primeira qualidade, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.

A Licitante vencedora se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

As Notas Fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL:** em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**, endereço: Praça das Cerejeiras, 1-59, **CNPJ nº 46.137.410/0001-80**, ref. **Processo nº 100.797/2023**, número da Ata de Registro de Preços e da(s) nota(s) de empenho(s);

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU:** em nome do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**, endereço: Rua Padre João, 11-25, vila Santa Teresa, CEP: 17012-020, **CNPJ nº 46.139.952/0001-91**.



ANEXO II  
FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Proponente:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

CNPJ:

Banco:

Conta Corrente:

Cidade:

Estado:

Fax:

Inscrição Estadual:

Agência:

Conforme estipulado no Pregão Eletrônico nº 353/2023, propomos:

**LOTE 01 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – COTA PRINCIPAL**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº 06 de 08/05/20.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis.</p> <p>Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas.</p> <p>Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>					

**LOTE 02 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – COTA RESERVADA**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº 06 de 08/05/20.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis.</p> <p>Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas.</p> <p>Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>					



**LOTE 03 – BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO – COTA PRINCIPAL**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Biscoito Doce Tipo Rosquinha de Coco:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 48 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº nº 06 de 08/05/20 e Resolução nº 344 de 13/12/02.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, coco ralado ou em flocos e sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans, sem gordura vegetal hidrogenada, sem edulcorantes artificiais e sem corantes artificiais. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados.</p> <p>Características: textura macia e crocante, cor, odor e sabor próprios.</p> <p>Embalagem primária: pacotes de polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo de 300 a 500 gramas.</p> <p>Embalagem para entrega: caixa de papelão tipo Duplex reforçadas e resistentes com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>					

**TOTAL GERAL DA PROPOSTA:**

PRAZO DE ENTREGA: \_\_\_\_\_ (Conforme subitem 3.3. do edital nº 436/2023)  
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: \_\_\_\_\_ (Conforme subitem 17.1. do edital nº 436/2023)  
PRAZO VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ (Conforme subitem 13.2. alínea "a" do edital nº 436/2023)

**(ASSINARÁ O ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ANEXO IV – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO):**

Nome:  
CPF:  
RG:  
Data de Nascimento:  
Endereço residencial completo:  
Nacionalidade:  
Estado Civil:  
Profissão:  
Cargo ou Função exercida:  
E-mail institucional:  
E-mail pessoal:  
Telefone(s):

.....  
**Assinatura**

Nome Completo: .....

RG: .....

CPF: .....

Data: ...../...../2.023





ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2.023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2023 – PROCESSO Nº 100.797/2023  
VALIDADE: \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2.024

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2.023, presente de um lado o **Município de Bauru**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça das Cerejeiras, 1-59, nesta cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ/MF. Sob n.º 46.137.410/0001-80, doravante denominado “**MUNICÍPIO**”, neste ato representado pelo **Prof. Dr. Nilson Ghirardello, Secretário Municipal da Educação** por força dos Decretos n.º 4.705, de 23 de maio de 1.986 e n.º 6.618 de 27 de maio de 1.993, ambos alterados pelo Decreto n.º 7.306, de 11 de maio de 1.995, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, nº 9.032/95, nº 9.648/98, nº 9.854/99, 10.520/02 e Decretos Municipais nºs 10.123/05 e 13.093/16, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 353/2023, Processo nº 100.797/2023**, para registro de preços, homologado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023 e publicado no Diário Oficial de Bauru em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023, resolve REGISTRAR O PREÇO da primeira empresa classificada, denominada “**COMPROMISSÁRIA**”, observadas as condições do Edital nº 436/2023 que rege a licitação e aquelas que se seguem:

**COMPROMISSÁRIA:** Nome da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, E-MAIL: \_\_\_\_\_, FONE \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu procurador, o Senhor \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_.

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste Termo o compromisso ora assumido pela **COMPROMISSÁRIA**, relativo ao **AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATES E BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cujas especificações estão indicadas nos **ANEXO I do Edital Nº 436/2023 - Processo Administrativo nº 100.797/2023**, mediante emissão de Notas de Empenho e conforme termos de sua proposta devidamente anexada ao processo e preços abaixo consignados:

**LOTE 01 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – COTA PRINCIPAL**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº 06 de 08/05/20. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis. Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.					



**LOTE 02 – COOKIE COM GOTAS DE CHOCOLATE – COTA RESERVADA**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Cookie com gotas de chocolate:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 33 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº 06 de 08/05/20.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gotas de chocolate. Não poderá conter gordura trans, corantes artificiais e edulcorantes artificiais, poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: cor, odor, sabor e textura característicos, cada unidade deverá pesar aproximadamente 10g e apresentar gotas de chocolate visíveis.</p> <p>Embalagem primária: saco de polietileno ou polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo 40 gramas.</p> <p>Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada e resistente com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>					

**LOTE 03 – BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO – COTA PRINCIPAL**

Item	Especificação Mínima	Qtde.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>Biscoito Doce Tipo Rosquinha de Coco:</b> o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 48 (Decreto 12.486/78), Resolução CD/FNDE nº nº 06 de 08/05/20 e Resolução nº 344 de 13/12/02.</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, coco ralado ou em flocos e sal. Não deverá conter leite ou soro de leite na composição, entretanto, poderá conter traços de leite. Sem gordura trans, sem gordura vegetal hidrogenada, sem edulcorantes artificiais e sem corantes artificiais. Poderá conter outros ingredientes desde que aprovados pela legislação vigente e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Características: textura macia e crocante, cor, odor e sabor próprios.</p> <p>Embalagem primária: pacotes de polipropileno, resistente, atóxico, lacrado, contendo de 300 a 500 gramas.</p> <p>Embalagem para entrega: caixa de papelão tipo Duplex reforçadas e resistentes com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva, pesando até 10 kg.</p>					



## Cláusula Segunda – DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

### • PRODUTO

- 2.1. O produto deverá estar de acordo com as Normas, Resoluções e Portarias da ANVISA / Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, conforme legislação vigente e atender rigorosamente as Especificações do Produto contidas neste Edital, no item Solicitação de Compras, o contrário implicará em desclassificação.

### • FORNECIMENTO

- 2.2. O fornecimento dos itens deverá ser efetuado parceladamente, conforme solicitação realizada pelo Departamento de Alimentação Escolar – DAE, ou Secretaria do Bem Estar Social – SEBES, ou Departamento de Água e Esgoto - DAE, por escrito (via Email), com previsão de entrega trimestral, ou de acordo com as necessidades de cada departamento, correndo por conta da **COMPROMISSÁRIA** as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.
- 2.3. A **COMPROMISSÁRIA** deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazo de entrega que é de **10 (dez) dias** corridos.
- 2.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a **COMPROMISSÁRIA**, obrigar-se-á a trocá-los no prazo máximo de 05 dias corridos, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.
- 2.5. A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.

### • ENTREGA

- 2.6. A **COMPROMISSÁRIA** deverá entregar o produto:
- EDUCAÇÃO:** No Departamento de Alimentação Escolar, sito à Av. Cruzeiro do Sul, nº 20-45, Jardim Rosas do Sul - Almoarifado da Alimentação Escolar, de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.
- SEBES:** As entregas deverão ocorrer na Av. Engenheiro Hélio Police Q.1, s/nº, Jd. Redentor Almoarifado Central, no período que compreende das 07h às 11h e 13h às 16h em dias úteis.
- DAE:** As entregas deverão ocorrer na Rua Antônio Alves, Qt. 20, s/nº, Vila Santa Tereza, Bauru/SP de segunda a sexta entre 8h e 15h30, sendo o horário de almoço das 11h30 às 12h30, em dias úteis, de acordo com as necessidades do Departamento.
- 2.7. Na primeira entrega a **COMPROMISSÁRIA** deverá entregar no Almoarifado da Alimentação Escolar a seguinte documentação:
- Declaração de garantia da validade, do padrão de qualidade e da segurança higiênico-sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preço ou enquanto o último lote de produtos entregues ainda estiver apresentando validade.
- 2.8. O veículo utilizado para realizar a entrega deverá ser adequado conforme normas sanitárias, devendo possuir cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, apresentar-se em bom estado de conservação, com revestimento interno liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização e livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos.
- 2.9. No momento da entrega os produtos deverão dispor das seguintes validades:
- **Item 1** – Cookie integral com gotas de chocolate, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.
  - **Item 2** – Rosquinha de coco, no mínimo 05 (cinco) meses de validade.
- 2.10. A quantidade solicitada do produto via pedido, deverá ser entregue em sua totalidade e apresentar a mesma validade e/ou lote.
- 3.11. Caso o transporte seja realizado por empresa terceirizada, a responsabilidade e a garantia da qualidade continuam sendo da **COMPROMISSÁRIA**.
- 3.12. Caso seja necessário, o Município reserva-se no direito de enviar uma amostra dos produtos entregues para realização de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para comprovar a boa execução do objeto. Caso a mesma não seja aprovada ou não apresente as especificações mínimas exigidas neste edital, a Licitante Vencedora deverá proceder com a troca imediata de todo o produto, bem



como estará sujeita ainda, às sanções previstas neste Edital, além de arcar com todos os prejuízos que possam resultar.

- 2.13. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Departamento de Alimentação Escolar poderá realizar visita técnica à **COMPROMISSÁRIA**, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento e do processo de produção.
- 2.14. O município rejeitará, no todo ou em parte o produto licitado, caso esteja em desacordo com o edital.
- 2.15. O produto cotado deverá ser de primeira qualidade, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.
- 2.16. A **COMPROMISSÁRIA** se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 2.17. As Notas Fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:

**2.17.1 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL:** em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**, endereço: Praça das Cerejeiras, 1-59, **CNPJ nº 46.137.410/0001-80**, ref. **Processo nº 100.797/2023**, número da Ata de Registro de Preços e da(s) nota(s) de empenho(s);

**2.17.2. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU:** em nome do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**, endereço: Rua Padre João, 11-25, vila Santa Teresa, CEP: 17012-020, **CNPJ nº 46.139.952/0001-91**.

### Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

### Cláusula Quarta – DA LICITAÇÃO

- 4.1. Para a contratação do fornecimento do objeto deste instrumento foi realizada licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 353/2023**, pelo Sistema de Registro de Preços, cujos atos encontram-se no **Processo nº 100.797/2023**.

### Cláusula Quinta – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 5.1. Aplica-se a esta Ata, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, bem como o Decreto Municipal n.º 13.093/16 – Sistema de Registro de Preços.

### Cláusula Sexta – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

- 6.1. O **MUNICÍPIO** por meio dos órgãos interessados efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **COMPROMISSÁRIA**, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao **MUNICÍPIO** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.
  - 6.1.1. A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a **COMPROMISSÁRIA** de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo.

### Cláusula Sétima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal, devidamente atestada, na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser indicada pelo **MUNICÍPIO**.



- 7.2. No caso de atraso no pagamento por parte do **MUNICÍPIO** haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) sobre a fatura inadimplida ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.
- 7.3. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levados em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

#### Cláusula Oitava – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:
- a) Se disser respeito a especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua **substituição ou cancelar a contratação**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.(1) Na hipótese de **substituição**, a **COMPROMISSÁRIA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua **complementação ou cancelar a contratação**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.(1) Na hipótese de **complementação**, a **COMPROMISSÁRIA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.
- 8.2. Expirando o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este **MUNICÍPIO** se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;
- 8.2.1 Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a **COMPROMISSÁRIA** e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este **MUNICÍPIO** o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

#### Cláusula Nona – ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO PARTICIPANTE E GESTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. O Município de Bauru designa como ÓRGÃOS GERENCIADORES desta Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal do Bem-estar Social e Departamento de Água e Esgoto, que terão a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de seu controle e gerenciamento.
- 9.2. O Município de Bauru designa ainda, como Gestores da Ata de Registro de Preços, os seguintes servidores:
- Secretaria Municipal da Educação:
- a) **Gestor Titular:** Franly Regina Craveiro; matrícula 26.028.
- b) **Gestor Suplente:** Francine Brandão Dolo de Souza; matrícula 30.618.
- Secretaria Municipal do Bem-Estar Social:
- a) **Gestor Titular:** Ana Cristina Camargo, matrícula 24.462.
- b) **Gestor Suplente:** Vanessa Nogueira Develso Neves, matrícula 32.629.
- Departamento de Água e Esgoto:
- a) **Gestor Titular:** Rosileidi Chicotti Machado, matrícula 101.6015.
- b) **Gestor Suplente:** Katia Bigueti Soares Prado, matrícula 103.461.
- 9.3. A **Licitante vencedora** designa como Gestor da Ata de Registro de Preços, o Sr. ...., portador do RG nº ..... e inscrito no CPF nº .....
- 9.4. Ao(s) gestor(es) da Ata por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, compete:



9.4.1. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

9.4.2. Zelar, pelos demais atos da Licitante Vencedora, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

9.4.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da licitante vencedora em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas nesta Ata de Registro de Preços, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

#### Cláusula Décima – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO E RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. No caso de atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços ou de sua inexecução parcial, o **MUNICÍPIO** reserva-se o direito de aplicar multa moratória de 2% (dois por cento) ao dia, até o total de 05 (cinco) dias **sobre o valor descumprido**, além das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 quais sejam:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) **do valor inadimplido**, pela rescisão unilateral, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 10.1;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, com prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### Cláusula Décima Primeira – CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Correrão por conta e risco da **COMPROMISSÁRIA** todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços, de acordo com art. 71 da Lei 8.666/93.

11.2. O Município de Bauru poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer tempo outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma dos art. 77 à 80, da Lei nº 8.666/93, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, e à ampla defesa e ao devido processo legal.

11.3. O **MUNICÍPIO** se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.

11.4. Não poderá a **COMPROMISSÁRIA** ceder ou transferir esta ata, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**.

11.5. Os fornecimentos deverão ser efetuados mediante expedição, pelo **MUNICÍPIO**, de “Nota de empenho”, dos quais constarão todas as especificações necessárias.

11.6. A critério do **MUNICÍPIO** a Nota de Empenho poderá ser enviada à **COMPROMISSÁRIA**, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário das 8h às 17h.

11.7. O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará pela entrega de produto, sem a respectiva nota de empenho.

11.8. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a **COMPROMISSÁRIA** fica obrigada a fornecer quaisquer dos itens do Anexo I do Edital nº **436/2023**, nas quantidades indicadas pelo **MUNICÍPIO** em cada Nota de Empenho.

11.9. No período de validade do Registro de Preços, fica facultado ao **MUNICÍPIO** contratar ou não os fornecimentos, como lhe faculta a Lei.

11.10. Obriga-se a **COMPROMISSÁRIA** a manter, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigida no **Edital nº 436/2023**.

11.11. Para as questões que se suscitarem entre os contratantes e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da comarca de Bauru para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Municipal da Educação  
Divisão de Compras e Licitações



11.12. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando a regularidade fiscal e trabalhista, a **COMPROMISSÁRIA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preços.

11.12.1. Não haverá qualquer atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da **COMPROMISSÁRIA**, nos termos do previsto no item 11.12.

E por estarem às partes em comum acordo com as cláusulas aqui pactuadas, segue este instrumento em **03 vias** de igual teor e validade, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais.

Bauru, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Nilson Ghirardello**  
Secretário Municipal da Educação  
(De acordo com o Decreto Municipal 14.733/2020)

\_\_\_\_\_  
**P/ COMPROMISSÁRIA**  
NOME:

**TESTEMUNHAS:**

**ASS:** .....

**NOME:** .....

**RG:** .....

**ASS:** .....

**NOME:** .....

**RG:** .....



## ANEXO IV

### TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Bauru

**COMPROMISSÁRIA:**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE COOKIES COM GOTAS DE CHOCOLATES E BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
  - a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
  - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
  - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
  - d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
  - e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
  - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
  - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bauru, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

#### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

#### **GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Municipal da Educação  
Divisão de Compras e Licitações



CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

**GESTOR SUPLENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
(\* Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**Advogado:**

(\* Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



## ANEXO V

### MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores:

Na qualidade de responsável legal por nossa Empresa, credenciamos o(a) senhor(a) ....., portador(a) da carteira de identidade RG Nº ..... e do CPF Nº ....., para nos representar na licitação em referência, conferindo ao(a) mesmo(a) ilimitados poderes para retirar editais, apresentar envelopes PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, a Fazenda Nacional e Trabalhista, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Contratos, bem como assinar quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Dados para a elaboração do eventual Contrato:

Da empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Fax:

Atenciosamente,

---

Local e data  
Carimbo da empresa  
Nome, CPF e assinatura do responsável legal



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A Firma/Empresa \_\_\_\_\_, sediada na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, (cidade), (estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o nº \_\_\_\_\_, por seu(ua) representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) representante legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 27 DA LEI 8.666/93 E ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

\_\_\_\_\_, inscrito do CNPJ n.º \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_,  
**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)



### ANEXO VIII

#### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE À SER ANEXADA NA PROPOSTA ESCRITA

(dados do licitante: razão social, CNPJ, endereço), por meio de seu representante legal, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que os **produtos cotados atendem plenamente todas as especificações** constantes no Anexo I do **Edital de Licitação nº 436/2023**.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA APRESENTAR LAUDO

A EMPRESA \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que tem **disponibilidade para apresentação do Laudo Bromatológico** completo com os exames, Físico/Químico, Organoléptico, Microscópico e Microbiológico, de Universidades Estaduais e Federais Laboratório Oficial credenciado pelo Ministério da Saúde e/ou Agricultura, **caso seja solicitado durante a execução da ata.**

....., .... de ..... de 2.023

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal